



Passagens. Revista Internacional de História Política
e Cultura Jurídica
ISSN: 1984-2503
historiadodireito@historia.uff.br
Universidade Federal Fluminense
Brasil

A construção da memória de Rui Barbosa: uma pauta política

Nazareth, Flávia Beatriz Ferreira de

A construção da memória de Rui Barbosa: uma pauta política

Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 11, núm. 1, 2019

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337358842004>

DOI: <http://orcid.org/https://doi.org/10.15175/1984-2503-201911103>

A construção da memória de Rui Barbosa: uma pauta política

The shaping of the memory of Rui Barbosa: A political agenda

La construcción de la memoria de Rui Barbosa: una pauta política

La construction de la mémoire de Rui Barbosa : Une question politique

巴西自由主义政治家鲁伊·巴尔波沙的记忆构建：一个政治议程

Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth *

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

flaviabeatriz80@gmail.com

 <http://orcid.org/10.15175/1984-2503-201911103>

DOI: <http://orcid.org/https://doi.org/10.15175/1984-2503-201911103>

doi.org/10.15175/1984-2503-201911103

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337358842004>

Recepção: 13 Setembro 2018

Aprovação: 02 Janeiro 2019

RESUMO:

Esse artigo aborda a construção política de Rui Barbosa (1850-1923) compreendendo esse processo como construção de uma pauta política que extrapola sua trajetória intelectual e biográfica, e abrange a constituição de um perfil político a influenciar o processo político republicano no Brasil. O entendimento da memória como um espaço de disputa de ideias nos remete à análise de Sylvio Romero, em *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil* (1894), na qual destacava, no início do século XX, a história das ideias políticas: as ideias, as doutrinas, os conceitos e as opiniões não cairiam do céu ou brotariam do chão e sim saíam do cérebro e achariam asilo nos corações.

PALAVRAS-CHAVE: trajetória intelectual, Rui Barbosa, memória, ideias políticas.

ABSTRACT:

The following article considers the political construction of Rui Barbosa (1850-1923), viewing the process as the development of a political agenda extending beyond Barbosa's intellectual and biographical trajectory and encompassing the constitution of a political profile influential over the republican political process in Brazil. The understanding of memory as a space for the debate of ideas reminds us of Sylvio Romero's analysis in *Doutrina contra Doutrina: o evolucionismo e o positivismo na República Brasileira* [Doctrine Against Doctrine: evolutionism and positivism in the Brazilian Republic] (1894), which highlights the history of political ideas at the beginning of the twentieth century. The ideas, doctrines, concepts, and opinions did not so much fall from the sky or shoot from the ground, instead emerging from the mind and finding a refuge in the heart.

KEYWORDS: intellectual career, Rui Barbosa, memory, political ideas.

RESUMEN:

Este artículo aborda la construcción política de Rui Barbosa (1850-1923) considerándola un proceso de construcción de una pauta política que extrapola su trayectoria intelectual y biográfica, y abarca la constitución de un perfil político que influye en el proceso político republicano de Brasil. La concepción de la memoria como un espacio de disputa de ideas nos remite al análisis de Sylvio Romero, en su obra *Doutrina contra Doutrina: o evolucionismo e o positivismo na República Brasileira* (1894), en la que destacaba, a comienzos del siglo XX, la historia de las ideas políticas: las ideas, las doctrinas, los conceptos y las opiniones no caen del cielo ni brotan del suelo, sino que surgen en el cerebro y encuentran asilo en los corazones.

PALABRAS CLAVE: trayectoria intelectual, Rui Barbosa, memoria, ideas políticas.

RÉSUMÉ:

AUTOR NOTES

- * Professora da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. E-mail: flaviabeatriz80@gmail.com. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8945-9277>

Cet article aborde la construction politique de Rui Barbosa (1850-1923) et considère ce processus comme une question politique qui extrapole sa trajectoire intellectuelle et biographique pour englober la constitution d'un profil politique à même d'influencer le processus républicain du Brésil. La compréhension de la mémoire comme espace de débat d'idées nous renvoie à l'analyse de Sylvio Romero, dans *Doutrina contra Doutrina: o evolucionismo e o positivismo na República Brasileira* (1894), où il retraçait au début du XXe siècle l'histoire des idées politiques : les idées, les doctrines, les concepts et les opinions ne tombent pas du ciel ni ne sortent de terre, elles viennent plutôt des cerveaux et trouvent refuge dans les cœurs.

MOTS CLÉS: trajectoire intellectuelle, Rui Barbosa, mémoire, idées politiques.

摘要:

本文讨论了鲁伊·巴尔波沙 (Rui Barbosa, 1850-1923) 的记忆建构, 并将这一建构理解为超越其本人的思想与生活轨迹的一个政治性议题。该政治建构影响了巴西共和政治的进程。为了分析鲁伊·巴尔波沙的自由主义政治形象的建构对巴西政治思想史的影响, 我们分析了巴西著名思想家西尔维奥·罗梅罗 (Sylvio Romero) 在1894撰写的著作《巴西的教义之争: 进化论和实证主义》(*Doutrina contra Doutrina: o evolucionismo e o positivismo no Brasil*)。在该著作里, 罗梅罗指出, 关于20世纪初巴西政治思想史, 人们的自由思想, 教义, 概念和意见不会从天而降或从地面弹出, 而是产生于人们的大脑并在民众的心中找到庇护。

關鍵詞: 思想轨迹, 鲁伊·巴尔波沙 (Rui Barbosa), 记忆, 政治思想。

Esse artigo analisa o processo de construção política de Rui Barbosa (1850-1923) compreendendo esse processo como construção de uma pauta política. O entendimento da memória como um espaço de disputa de ideias nos leva a pensar sobre o que Sylvio Romero (1894) em *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil* chamava a atenção lá no início do século XX. As ideias, as doutrinas, os conceitos e as opiniões não caíam do céu ou brotavam do chão e sim saíam do cérebro e achavam asilo nos corações.¹

O afeto é político. A construção da memória também não cai do céu: sai do cérebro e acha asilo nos corações. Aqui registamos nosso questionamento: por que Rui Barbosa ganha asilo em nossos corações? Por que ele é ainda chamado pelo presente com a intenção de responder a algumas questões políticas? A canção de Dona Ivone Lara (2004), *Alguém me avisou*, sintetiza a noção de arranjo historiográfico que buscamos decifrar neste artigo: “Foram me chamar. Estou aqui, o que é que há?” Quem foi chamar Rui Barbosa?

A dinâmica histórica da memória construída sobre Rui Barbosa em diferentes contextos fornece elementos interessantes para a reflexão sobre o processo de secularização brasileiro.

A tese de secularização de Giacomo Marramao (1995) sugere que o projeto moderno de política promove o deslocamento e a tradução dos “condensamentos simbólicos do mito e/ou das interrogações radicais da teologia” para os diferentes campos, por exemplo, do político e do direito (MARRAMAIO, 1995, p. 171). Os condensamentos simbólicos no Brasil foram dados por uma história peculiar da igreja católica e podemos identifica-los nos deslocamentos da temática cristã jansênica para discurso jurídico e político sobre Rui Barbosa e em Rui Barbosa.

A memória ruiana atravessa diferentes temporalidades. Por isso, observaremos a similitude temporal ou as temporalidades equivalentes daquela vivida por Rui Barbosa para análise e compreensão da permanência de uma certa memória sobre ele. Episódios ocorridos enquanto a República estava sendo implementada pelo Marechal Deodoro da Fonseca (1890) e as ditaduras do Marechal Floriano Peixoto (1893) e do Marechal Hermes (1910-1914) nos apresenta elementos importantes para pensar outros contextos históricos no Brasil tais como as ditaduras e golpes políticos tais como a ditadura civil de Getúlio Vargas ou Estado Novo (1937 a 1945) e a ditadura civil e militar do Golpe de 1964 (1964 a 1985).

A atuação de Rui Barbosa como defensor do liberalismo formal contra o autoritarismo do Marechal Floriano Peixoto, o seu exílio voluntário na Inglaterra em 1893 e a sua militância por meio de jornais (os artigos eram enviados por Rui da Inglaterra para o *Jornal do Comércio* durante o exílio) deixaram

marcas de certa crítica, por meio do paradigma legalista, ao autoritarismo e a intolerância política (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2001).

Na construção da memória de Rui Barbosa podemos observar o tema da Questão Religiosa.² Segundo a professora Gizlene Neder (2011) tal tema não se restringe ao episódio da Questão dos Bispos na Monarquia e sim atravessa toda a República no Brasil. A relação de Rui Barbosa, reconhecido como um intelectual liberal, com a Igreja Católica foi intensa e essa questão biográfica muitas das vezes sofreu uma manipulação com o propósito de forçar o seu esquecimento frente ao realce das suas atitudes em direção a secularização. Por meio da adoção de um movimento relacional entre lembrança e esquecimento de temas referidos a histórica vivida por Rui Barbosa teremos elementos ao longo do trabalho para identificar as simulações. Essa pesquisa promoveu um avanço no campo do conhecimento e da compreensão sobre a memória histórica de Rui Barbosa.

A memória coletiva forma a tradição, em especial o movimento dual de recepção e transmissão desta como um contínuo processo em direção ao futuro, forma a tradição. A tradição, o endurecimento da memória coletiva, se propõe a ser como um fio de seda que se desenrola uniformemente, sendo a mesma seda sem ruptura do início ao fim. Contudo, na dinâmica social, a tradição sofre atualizações e a metáfora do fio de seda perde seu efeito na dinâmica da construção política da memória.

O movimento de recepção e transmissão funciona como uma linha de transmissão da tradição e não é algo natural ou espontâneo, requer esforço social e cultural contínuo. A tradição é cotidianamente reinventada, as representações do passado não são estáticas. A temporalidade dos fenômenos é impossível de ser fixada e eternizada, como se pudesse se desenvolver com um único fio de seda. As representações, como nos lembra Marilena Chauí (CHAUÍ; FRANCO, 1978), são construções ideológicas.

As formas de esquecimento podem ser observadas em diferentes situações como, por exemplo, no silêncio, na ausência de comunicação, na desarticulação, na evasão, no apagamento, na erosão, na repressão... Por conta do esquecimento, a possibilidade da lembrança sempre é parcial. Por isso, existem construções de memórias diferenciadas, pois o uso da lembrança e do esquecimento é diferentemente combinado e promove diversos arranjos históricos. Cabe ao historiador demonstrar a fórmula, mesmo que parcial, do arranjo na memória pessoal ou institucional. Assim, nos afastamos da noção de que o esquecimento é uma forma de fracasso da lembrança como fruto de uma incapacidade comunicativa. Lembrança e esquecimento estão contidos na dinâmica da representação, portanto são ideológicas.

Alguns itens foram escolhidos para ilustrar a construção da memória sobre Rui Barbosa, foram eles: a escrita biográfica, a Fundação Casa de Rui Barbosa e o livro *República: teoria e prática* (BARBOSA, 1978). A intenção é capturar os “futuros-passados” (KOSELLEC, 2006) ao interagir com a seguinte expressão: “Foram me chamar. Estou aqui: o que é que há?”. Assim, a história entendida como caminho único e naturalizado de explicação será superada.

Daremos um passo além na interpretação sobre a memória em torno de Rui Barbosa quase uma desmistificação, pois não o encaixamos como um modelo de genialidade ou um simples reflexo imediato da cultura bacharelesca e jurídica do Brasil. Discorreremos sobre qual acontecimento no presente, e nos diversos presentes passados, promoveram a volta de Rui Barbosa no sentido “Estou aqui: o que é que há?”. Abre-se, então, uma imensidão de situações de lembrança. No geral, Rui Barbosa é chamado para resolver quais questões do presente?, Para promover qual modelo?, Para escamotear quais situações?

MEMÓRIA BIOGRÁFICA

Quem foi chamado pelo presente? Rui Babosa. E quem “foram” chama Rui Barbosa? Foram os incontáveis biógrafos, como explica Fabiana Rodriguês (2008). No intervalo dos anos de 1877 até 2004, houve em quase todos os anos alguma publicação biográfica de Rui Barbosa. Importante ressaltar que Fabiana Rodriguês não utilizou em sua pesquisa a base de dados da Fundação Casa de Rui Barbosa para a construção de sua pesquisa.

Ela lançou mão de outros acervos contidos na Biblioteca Nacional, no Instituto dos Advogados do Brasil e nas bibliotecas da UFRJ e da PUC-rio. É notório o grande prestígio desse jurista.

Entre muitos biógrafos, podemos destacar: Américo Jacobina Lacombe, Luiz Viana Filho e San Tiago Dantas. Os três eram advogados e escreveram biografias que exaltavam a personalidade daquele que também foi jurista. Para essa análise escolhemos livro de Vicente Guimarães.

O livro “*Rui - biografia de Rui Barbosa para a infância e juventude*” de Vicente Guimarães foi publicado pela companhia Editora Americana e teve diversas edições: a primeira foi em 1949, a segunda foi em 1965; e a terceira em 1973. Com destaque a esta última, pois contém ilustrações coloridas das passagens descritas. Pela datação das edições podemos entender a intenção de Vicente Guimarães de se opor a realidade política brasileira desses contextos similares que chamamos a atenção na introdução do capítulo.

Vicente Guimarães foi jornalista e escritor de literatura infantil. Tio de Guimarães Rosa foi criador do suplemento infantil no jornal *O Diário Católico* na década de 40 em Minas Gerais, pioneiro na América Latina. Criou o personagem Vovô Felício que narrou a história heroica de Rui Barbosa, tendo como base a biografia escrita por Luiz Viana Filho. Aqui, serão apresentados os pontos da biografia de Rui Barbosa, conforme são expostos pelo autor na terceira edição do livro publicada em 1973.

O livro conta a história do avô Vovô Felício que recebe em sua chácara os seus netos para mais um período de férias. Para seus netos, este era o melhor período do ano, pois juntos a seu avô eles passavam agradáveis dias escutando histórias. Vovô Felício é simultaneamente personagem e pseudônimo de Vicente Guimarães e “Tinha este sempre um assunto interessante para conversar com os netinhos ou uma história bonita para contar-lhes” (GUIMARÃES, 1973, p. 1).

A história de Rui Barbosa é introduzida por um erro de interpretação do personagem João Bolinha, um boneco que virou gente e que acompanha o motorista do vovô, quando este foi pegar as netinhas Maria Angelina e Dedete. E assim passa a apresentar os temas clássicos da biografia de Rui Barbosa,

Ao passar pelo cinema, João Bolinha vê o filme que estava em cartaz: “O Sonho de Ícaro”. João Bolinha logo pensou que se tratava de um filme contando a história do “Águia de Haia”. O vovô carinhosamente explicou o erro dizendo ter sido Rui Barbosa no Brasil o maior cultor da liberdade e o líder do liberalismo por isso, convinha ficar esquecido no período da ditadura. (GUIMARÃES, 1973).

Nesse breve texto, Vicente Guimarães formula uma narrativa em que Rui Barbosa é colocado como um santo, um herói contra os inimigos. E nesse ponto do livro encontramos a observação que exemplifica a demanda do tempo presente. Ao falar da ditadura o autor explica, em nota, que estava se referindo à ditadura de Getúlio Vargas e silencia o contexto da ditadura militar dos anos sessenta e setenta no Brasil, período da segunda e terceira edição do livro. Explica também o sentido da expressão “Águia de Haia”. Diz que aconteceu quando Rui Barbosa foi representar o Brasil como Primeiro Diplomata na Segunda Conferência de Paz na Holanda, em 1907. O termo “Águia” se remete à ave que voa muito alto. Segundo ele, quem havia recebido essa expressão anteriormente foi Bossuet, conhecido como “Águia de Meaux”. Tal comparação entre Rui e Bossuet, reforça nossa hipótese da existência no Brasil do campo católico heterodoxo sobretudo em Minas Gerais e São Paulo. Bossuet era um representante do galicismo francês e essa comparação entre os dois não é por acaso.

Em seguida, Dedeia reclama a seu avô que ela havia estudado na escola muitos “vultos nacionais”, mas não havia escutado nada sobre Rui. O vovô esclarece que Rui, por ser considerado liberal, foi esquecido na época da ditadura. Maria Angelina conhecia Rui Barbosa de nome e não gostava dele, pois, para a menina, ele era ateu e inimigo da Igreja e do Exército. Diante da colocação da neta, o vovô se indigna e completa explicando que Rui foi um defensor da liberdade religiosa, porém não esclarece mais nada. Para mostrar que Rui não era ateu, recorre às cartas que ele enviava para a sua noiva, a católica baiana Maria Augusta, e do discurso que falava que a “cruz” (entendida como fé) o havia salvo no momento da morte de sua mãe, em 16 de junho de 1868, quando “achei os livros mudos, a razão muda, a filosofia estéril” (GUIMARÃES, 1973 p. 10).

Conta também à sua noiva o sucesso que foi o seu discurso em 1876, sobre a liberdade religiosa em São Paulo. Diz que foi parabenizado por Saldanha Marinho e Souza Carvalho. Vovô Felício diz que foi por isso, talvez, que Rui Barbosa foi considerado ateu. O mesmo erro ocorreu em relação às Forças Armadas. Rui não calou a sua opinião contra a conscrição. Também houve um problema da interpretação da Campanha Civilista, Rui não se confrontava diretamente com o Marechal Hermes, mas sim contra a candidatura militarista. Esse posicionamento de Vicente Guimarães explica o fato ter inserido uma nota de rodapé na segunda e terceira edição de sua obra, editadas durante a ditadura militar esclarecendo que se referia a ditadura de Getúlio Vargas.

As crianças se contagiavam com essas falas. Assim procedendo, o vovô demonstra que Rui Barbosa lutava pela causa que acreditava sem se preocupar com as consequências. Essa característica é importante, porque muitas vezes o posicionamento de Rui era encarado como um ato de heroísmo quando se tratava de uma estratégia política.

A próxima explanação começa com uma briga entre as crianças por lugares para se sentarem. Ao término da confusão, o vovô explica que o direito da força se opõe a força do direito. E prossegue a sua história contando sobre a infância do baiano, que era filho primogênito do casal João Barbosa e Maria Adélia Barbosa. Sua irmã mais nova se chamava Brites. Seu pai abandonou a clínica médica para entrar na política e tinha uma vida financeira muito frágil. O primogênito era o maior orgulho da sua vida. Aos cinco anos sob o cuidado de Antonio Gentil Ibirapitinga aprendeu a ler e a conjugar verbos regulares. Apostando no futuro político de seu filho, João Barbosa exercitava a sua oratória e o familiarizou com os clássicos da literatura. Aos dez anos já recitava Camões e lia Vieira (Antonio Vieira – padre e orador da Companhia de Jesus que defendia os “direitos humanos” dos indígenas frente à escravidão). Após o término do primário, foi para o “Ginásio Baiano”, dirigido por Abílio César Borges, Barão de Macaúbas. Abílio César foi um inovador educador brasileiro, “fazedor de gênios”. Pelas suas mãos, também passou Castro Alves. Suas inovações consistiam em abolição completa de qualquer espécie de castigo físico, realização de torneios literários e culto ao civismo. Rui não tinha habilidades em escrever poema, porém suas habilidades matemáticas fizeram com que ele fosse considerado um novo Pascal (GUIMARÃES, 1973 p. 18). A comparação a Pascal também é inusitada, afinal Blaise Pascal foi um católico heterodoxo.

Com os elementos até aqui descritos observamos a construção de um modelo de intelectual: liberal, erudito e legalista.

Já na Faculdade de Recife, Rui Barbosa teve uma nota baixa em uma matéria do campo jurídico. Seu pai, ferido em seu orgulho, o transferiu para a Faculdade de Direito de São Paulo. A motivação desse suposto deslize intelectual por conta de uma congestão cerebral. Em São Paulo, foi acolhido pelo então presidente da província, Saldanha Marinho. Na Faculdade de Direito estudou com Rodrigues Alves, Afonso Pena, Joaquim Nabuco e Castro Alves, entre outros. Foi eleito o segundo orador do “Ateneu Paulistano” (1866 – 1870), o primeiro orador era Joaquim Nabuco. Quando Nabuco voltou para Recife, Rui galgou a presidência do grupo literário.

Enquanto Rui estava em São Paulo, as coisas na política não iam bem para o seu pai na Bahia. Quando João Barbosa perdeu o poder político na Bahia, Rui Barbosa se envolveu com a política em São Paulo, se alistando na vanguarda da oposição dos conservadores. A partir desse momento, dá-se início a narrativa das lutas políticas do jovem Rui Barbosa.

O curioso da obra de Vicente Guimarães é a inclusão da história das mulheres na dinâmica familiar e política dos Barbosa. Sua mãe, Maria Adélia, diante dos problemas financeiros organizou, junto a sua escrava doméstica, uma fábrica de doces, com a qual manteve a família e podendo assim, o médico João Barbosa se dedicar à política de oposição na Bahia. Ao se referir à esposa de Rui, dona Maria Augusta, teremos uma narrativa equivalente. As mulheres de Rui (mãe e esposa) tinham expectativas positivas quanto sua carreira política. A mãe de Rui morreu enquanto o filho ainda estudava em São Paulo que abalou a vida financeira dos Barbosa e a emocional de Rui.

A primeira noiva de Rui Barbosa foi uma moça simples que faleceu durante o noivado. Em reuniões sociais na Bahia, Rui foi apresentado à Maria Augusta Viana Bandeira, que também tinha como possível pretendente o jovem Rodolfo Dantas. A moça era filha de um funcionário público, era bonita e tocava piano muito bem. Maria Augusta optou por Rui.

A fim de buscar recursos financeiros para contrair matrimônio com a bela moça, Rui Barbosa parte para a Corte no Rio de Janeiro, pois na Bahia não havia lugar político para ele, pois estava fazendo a oposição. Lançou-se nas carreiras de advogado e de jornalista. Em 1971, após seu casamento, retornou à Bahia e assumiu no lugar de Rodolfo Dantas a direção do *Diário da Bahia*, aos 22 anos. Trabalhou no jornal liberal, sem remuneração, pela causa da abolição, da liberdade religiosa, do federalismo e da reforma eleitoral.

Ao tratar da ação Parlamentar de Rui Barbosa vovô Felício aponta rompimento com José Bonifácio na querela com Silveira Martins em 1879, projetando-o positivamente na política nacional. Contudo, nas eleições não teve sucesso. Segundo Vicente Guimarães, os inimigos de Rui Barbosa começaram a chamá-lo de ateu o que incompatibilizava a sua escolha pelo eleitorado católico. Em 1878, foi eleito deputado na Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo Partido Liberal. Em setembro do mesmo ano torna-se deputado geral e muda-se para a Corte no Rio de Janeiro. Vicente Guimarães não disse o motivo pelo qual Rui Barbosa era considerado ateu. A tradução da obra jansenista *O Papa e o Concílio* (BARBOSA, 2002) não foi assunto da narrativa Vicente Guimarães.

Já na Corte, Rui foi convidado pelo então ministro Rodolfo Dantas para elaborar a reforma do ensino secundário e do superior. Apesar do gabinete no qual Rodolfo Dantas fazia parte ter caído, Rui Barbosa levou adiante a reforma do ensino.

Em 11 de novembro de 1889, Rui aceitou o convite para participar do Partido Republicano. Diz Vicente Guimarães, que quando Rui Barbosa entrou no Partido Republicano toda a crítica enérgica à Monarquia lidas nas páginas do “Diário de Notícias” passou a ser vocalizada pelo republicanismo. Daí para o movimento de derrubada da Monarquia foi um curto trajeto (três dias). A República, nessa versão, instaurada em 15 de novembro não teve o tom missionário como imaginada o positivista Benjamin Constant. A política republicana articulou os princípios positivistas e liberais.

Rui Barbosa tornou-se o mentor dos revolucionários, segundo Vicente Guimarães. A República nasceu nas mãos do Marechal Deodoro da Fonseca e durante seu governo Rui Barbosa foi Ministro da Fazenda. Todo o ministério pediu demissão. Neste episódio o intelectual baiano é descrito pelos positivistas como um canal de diálogo entre a igreja católica e o Estado republicano. A crítica dos positivistas provoca a demissão voluntária do Ministro da Fazenda, contudo o pedido não foi aceito e em 1889 Deodoro o nomeia Vice-presidente da República, essa informação não foi confirmada na lista de presidentes oficial.

O baiano teria sido o verdadeiro autor da Magna Carta da República promulgada no governo ainda de Deodoro. Deodoro fecha o congresso e anuncia o um golpe, esse intento é derrotado por Floriano Peixoto que assume o poder. O governo do Marechal Floriano Peixoto utilizou do recurso constitucional do Estado de Sítio diversas vezes e prendeu seus opositores. As prisões se encheram de senadores e militares de altas patentes.

Diante das arbitrariedades de Floriano, Rui Barbosa requereu um *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal em favor dos presos políticos. Por conta do seu posicionamento político, Rui Barbosa sofre ameaças, das quais não se intimida inicialmente. A militância no *Jornal do Brasil* pela legalização do Brasil evidenciava mais ainda a sua posição política de crítico ao governo.

O clima político era tenso e a oposição se organizava. A tentativa de tomada do governo articulada pelo Almirante Wandenkolk, que se encontrava anistiado e se apossou do navio Júpiter para fortalecer o movimento de oposição do sul do país, chefiado por Gumercindo Saraiva e Silveira Martins. O Júpiter não conseguiu desembarcar e o almirante foi preso, junto com outras pessoas. Rui Barbosa impetrou outro *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal (STF) em favor dos presos envolvidos no episódio do Júpiter. O STF concedeu o *habeas corpus*.

A tensão política só aumentava. Por conta das pressões e ameaças Rui prefere sair do país.

O episódio do exílio de Rui Barbosa foi narrado com tom de aventura. Rui teria saído do país disfarçado de explorador inglês e se refugiado toda a noite entre sacos de trigo, num moinho próximo ao cais até fugir para Buenos Aires. Impedido de retornar ao Brasil, pois havia se tornado o inimigo número um do Marechal, partiu para Portugal e depois Londres. Em Londres publicou no *Jornal do Comércio* os textos conhecidos como *Cartas de Inglaterra* (BARBOSA, 1965). Voltando do exílio, foi recebido com banquete pelo *Jornal do Comercio* e recebeu felicitações do ministro da Argentina no Brasil, Garcia Meron.

De volta ao Brasil, Rui investiu na sua carreira de advogado. Advogou pelo partido monarquista (que temiam a sua dissolução pelo governo), pelos professores suspensos da Escola Politécnica, pelos oprimidos... A advocacia melhorou sua condição econômica.

Lançando mão de sua influência no campo jornalístico, escreveu diariamente em *A imprensa* e buscou tornar-se fiscal da vida política e do chefe do Executivo, uma vez que não poderia se envolver com política junto ao Estado, pois seu escritório estava com uma ação contra o Estado (o emblemático caso da Light).

No governo de Rodrigues Alves, em 1902, Vicente Guimarães diz que Rui estava mudado, deixou as lutas da mocidade no passado e reconciliou-se com a religião católica. Na cabeceira de sua cama haveria um retrato de Leão XIII, com a benção apostólica concedida a Rui e Maria Augusta.

Em 1907, Rui foi escolhido para representar o Brasil na Conferência de Paz em Haia. Se colocou ao lado dos Estados Unidos da América, porém este não o apoiou quando foi defender a América Latina. Defendeu o direito de igualdade entre as nações. Segundo descrição de Luiz Viana Filho, Rui Barbosa chegou ao Brasil com uma grande recepção no Palácio do Catete, o que demonstrava o reconhecimento do seu prestígio como representante internacional do Brasil.

A experiência de Haia lançou Rui Barbosa como ídolo da mocidade. Também foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e o presidente Afonso Penna mandou cunhar uma medalha comemorativa em sua homenagem.

Para a campanha eleitoral para presidência, em 1910, foi lançado o Marechal Hermes da Fonseca como candidato. Para combater a presença militar no governo Federal, Rui Barbosa, com apoio da Bahia e de São Paulo, inicia a sua campanha presidencial. A articulação eleitoral ruiana mobilizou o povo e foi chamada de “Campanha Civilista”. Com a vitória do Marechal, Rui se recolhe à advocacia. Ele não diz, mas Rui se coloca como oposicionista do governo em seus discursos parlamentares e artigos de jornal.

No contexto da Primeira Guerra Mundial, Rui se colocou ao lado da Inglaterra e aceitou a presidência da “Liga dos Aliados”. Em 1916, foi embaixador na Argentina na ocasião da comemoração do centenário da independência. O jubileu cívico de Rui Barbosa foi comemorado em 1918 com missa (feita pelo Cardeal Arco Verde) no campo de São Cristóvão e com a inauguração de um busto seu na Biblioteca Nacional. Pela ocasião, também recebeu a condecoração “Cruz de Grande Oficial da Legião de Honra” de Paul Claudel, em nome da França. A Bélgica enviou o “Grande Cordão da Ordem da Coroa” e a Inglaterra, por meio do ministro Sir Arthur Peel, transmitiu-lhe congratulações. A Itália mandou comendas. O campo intelectual francês e português o acolheu. O Instituto de França (Sorbonne) e a Academia de Ciência de Lisboa conferiram-lhe a “Cruz de Ouro”.

Em 1919, articula o que seria a sua última campanha presidencial e, em 1923 morre em Petrópolis. A morte de Rui Barbosa foi marcada por um grande espetáculo, ele recebeu as honrarias de chefe de Estado na Biblioteca Nacional. No livro Vicente Guimarães retira dos principais jornais as manchetes desse acontecimento.

A intenção biográfica de Vicente Guimarães aproxima a biografia a noção de hagiografia ao descrever as ações de personagens pelo prisma de eleição de suas atitudes brilhantes. Quando, supostamente, tais heróis cometiam algum deslize, o acontecimento era interpretado como um exemplo da fraqueza humana (ou um problema de geração). A interpretação feita nesse tom demonstra como o pensamento católico inunda a

imagem de mundo. Mesmo quando os biógrafos falam de uma pessoa secular, o tomismo invade a escrita e o tratamento dado a sua trajetória pessoal e intelectual ganha moldes de perfeição de conduta de santidade.

A biografia de Vicente Guimarães raramente coloca a data dos acontecimentos ou a fonte histórica da qual ele retirou a informação. Com isso, a experiência de vida de Rui Barbosa vocaliza o desejo modernizador da virada do século XIX, solta-se da conjuntura e ganha a dimensão a-histórica. Rui se torna modelo de intelectual, com uma imagem de perfeição a ser alcançada em diferentes momentos da história do Brasil, afinal o texto foi impresso pelo menos três vezes (neste trabalho usei a terceira edição do livro).

O objetivo da incursão na memória da trajetória política de Rui Barbosa é descortinar a trama conservadora ainda permanente na política brasileira. Observar o prestígio da memória social na qual Rui Barbosa se torna um ícone de certo encaminhamento político é um sintoma de desejo por permanência (ou tentativa de permanência) de valores sociais do início do século XX.

Aprofundei o sentido da permanência da memória de Rui Barbosa, localizando na naturalização de uma escrita teleológica da sua trajetória a possibilidade de continuidade de sua memória por meio das inúmeras escritas biográficas, sobretudo as mais famosas feitas por juristas. Como já foi demonstrado por Gizlene Neder (2012), a teoria do campo jurídico está moldada pela imagem de mundo tomista. Dentro do pensamento tomista destacamos o ideal de perfeição.

Optamos pela biografia feita por Vicente Guimarães, que é uma adaptação para criança da biografia de Luiz Viana Filho. Lançamos mão do método clínico em diálogo com Gisálio Cerqueira para inserir a questão importante para o fazer historiográfico: a subjetivação da História. Durante o livro Vicente Guimarães nos dá pistas de temas problemáticos da trajetória de Rui Barbosa, como a Questão Religiosa.

As conversas sobre Rui Barbosa lá no sítio do vovô Felício nós fornece pistas sobre como a história de Rui foi subjetivada pelos ouvintes (os netos do vovô Feliciano), com destaque para a Dedeia. Afinal, a subjetivação da histórica é um fenômeno fundamental para a compreensão da construção da memória e sua constante atualização em cada novo contexto de leitura e por diferentes leitores.

A antipatia da menina Dedeia se justificava, em parte, por conta do desconhecimento da história daquele “vulto nacional”. Os seus receios recaíam sobre dois episódios importantes da trajetória política de Rui Barbosa. O primeiro foi o seu envolvimento com a maçonaria e com a tradução da obra de Janus “O Papa e o Concílio”. Já o antimilitarismo se manifestou no contexto da campanha para presidência da República, quando Rui Barbosa se apresentou como o candidato do civilismo, ou seja, alternativo ao militarismo do seu oponente, o Marechal Hermes da Fonseca.

Esse contexto é importante para situar as disputas políticas para além da tese do “militarismo versus civilismo” ou do “autoritarismo versus liberalismo”. Ampliamos nossa interpretação como a dicotomia entre razão e sentimento, “positivismo versus clericalismo”. A perda do cargo de presidente por Rui Barbosa fomentou sua ação política radical contra o governo do Marechal Hermes e essa história lhe proporcionou a “fama” de ser antimilitarista. Tal característica lhe credenciou a entrada nas páginas da história do Brasil nos anos de 1970 com um posicionamento crítico aquele contexto e fomentador de discussão sobre democracia, direitos individuais e teoria e prática do Estado. Esse arranjo histórico será analisado especificamente um pouco mais a frente.

CASA DE RUI BARBOSA: UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO

Quem foi chamado pelo presente? Rui Babosa. E quem “foram” chamar Rui Barbosa? O presidente Washington Luiz quando deu início ao projeto de conservação da memória de Rui Barbosa um ano após a sua morte em 1923.

A intervenção proposta para pensar o projeto de construção da memória sobre Rui Barbosa, materializado na preservação da sua casa, se inicia resgatando o fazer arqueológico, no sentido dados as imagens dos sítios arqueológicos. As peças arqueológicas estavam ali, cabia entender o seu significado mais profundo,

não bastando somente preservar os vestígios materiais sem vida. A dinâmica da história deve ser chamada para dar movimentos às peças encontradas, as camadas não só de aterro, mas principalmente de ideologia e políticas públicas representadas concretamente na organização dos espaços, nas imagens apresentadas, nas placas comemorativas entre outros. A alusão ao fazer arqueológico se fez necessária para dar a dimensão da construção da memória em camadas, de como a casa de Rui Barbosa se transformou até chegar nos dias atuais.

A casa é a expressão do morador. O palacete neoclássico da Rua São Clemente número 134 em um Bairro nobre do Rio de Janeiro foi o cenário escolhido por Rui Barbosa para demonstrar sua fortuna lograda com seus esforços. Em seus quadros fixados na parede, não há imagens referentes à sua genealogia, elas (as imagens) demonstram ideias modernas como a tolerância racial. A afirmação de elementos que fortalece a concepção do indivíduo desvia a sua situação de linhagem e celebra a novidade da vida burguesa daquele tempo.

Segundo Rejane Magalhães (2013), a casa foi adquirida em 1893, enquanto Rui Barbosa estava no exílio na Inglaterra. O negócio foi fechado por Antonio d'Araujo Ferreira Jacobina, primo de Rui Barbosa, que na época era presidente do Banco Construtor e diretor do Banco das Classes Laboriosas. Antonio Jacobina agiu em nome de Rui Barbosa, pois o seu procurador oficial e cunhado, Carlos Vianna Bandeira, se encontrava preso, por conta da ditadura do Marechal Floriano.

Logo após sair do Ministério da Fazenda, Rui Barbosa passou a ser advogado da empresa Tramway Light and Power. Seu salário era de dois contos de réis, um valor alto para época (LIMA, 2000). O imóvel foi adquirido por meio de um empréstimo no valor de sessenta contos de réis e foi conseguido com o senhor capitalista, Afonso Luiz Perreira de Silva. A outra parcela de setenta contos de reis foi proveniente da hipoteca do imóvel.

Ao longo da República, a renda de Rui Barbosa veio de sua atuação como advogado de grandes empresas, como a empresa Light, da Companhia Lloyd Brasileiro, do banco London [and Brazillian], da Colônia de Leopoldina e grandes causas como os limites territoriais entre o Rio Grande do Norte e do Ceará. Também tinha o seu salário como secretário da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

A casa no início do terreno e de fachada estreita protege a real dimensão de sua moradia: o belo jardim fica secreto. As camélias, símbolo abolicionista, plantadas na República, não são vistas da rua. A disposição espacial da construção cria um ambiente íntimo e privado. A decoração da casa demonstra a concepção de vida dos moradores. A parte da frente destina-se as ocasiões sociais e consta uma de sala de música, outra de festas e uma terceira de visitas.

Na área de trabalho estava o escritório, o gabinete gótico, a biblioteca, o quarto de vestir e os aposentos de Rui Barbosa. Os livros ganham destaques pela quantidade e organização, pois todos eles são encadernados com luxo e dispostos em prateleiras com o anagrama RB. Logo na entrada lateral da casa, quando se sobe a escada, há o escritório do advogado Rui Barbosa. Quem entrasse para uma consulta com o jurista não interferia na privacidade da “Vila Maria Augusta” (Rui Barbosa se referia assim a sua casa).

A casa foi modernizada por Rui Barbosa, tinha luz elétrica e telefone. No estábulo os cavalos dividiram espaço com os automóveis. Esses elementos proporcionam a sensação de modernidade e a inserção de Rui no universo urbano, arejado, privado e moderno. Assim, podemos perceber a memória contida na estrutura da casa.

Rui Barbosa morreu em 1923, não deixou testamento e seus bens passaram para sua esposa dona Maria Augusta. No mesmo ano, se desenrolou o inventário. A biblioteca pessoal de Rui Barbosa valia mais do que o imóvel da Rua São Clemente em Botafogo, Rio de Janeiro. Biblioteca, imóvel e móveis foram adquiridos pelo governo brasileiro em temporalidades diferentes.

Em 1924, foi articulado o projeto número 12 pelo Senador Antônio Azeredo que propunha a aquisição do referido prédio, a biblioteca e o arquivo pelo Estado. O inventário de Rui Barbosa possui 160 páginas de catalogação de sua biblioteca, somando sete dos oito volumes totais do documento. Os temas são diversos: gramática, legislação, teoria política, religião, homeopatia, entre outros. Tal acervo foi avaliado

em 1.200:000\$000, enquanto a casa valia 850:000\$00 e a mobília 227:770\$000.³ Os bens de Rui Barbosa comprados pelo governo brasileiro foram pagos por títulos da dívida pública.

No ano de 1927, com o projeto de autoria do deputado Sá Filho, foi criada a Casa de Rui Barbosa para substituir o Museu Rui Barbosa, uma forma de se concretizar o culto a essa grande figura pátria. Em 1928, Washington Luís inaugurou o “Museu Biblioteca”.

O presidente Washington Luís nomeou as dependências do museu e escolheu os nomes que lembravam a atuação histórica de Rui Barbosa. Na política: Buenos Aires, Pró-aliados, Constituição, Questão Religiosa, Haia, Civilista, Estado de Sítio, Federação, Abolição e Instrução Pública. Na jurisprudência e advocacia: Habeas Corpus, Casamento Civil e Código Civil. E, por último, família: Bahia, Maria Augusta e João Barbosa. A nomeação das salas parece ter promovido a eleição dos tópicos da vida de Rui Barbosa incontornáveis para a sua compreensão.

Em 1930, foi inaugurada a primeira Casa Museu do Brasil.⁴ A inauguração da Casa Museu de Rui Barbosa teve como orador João Mangabeira e a finalidade era clara: cultuar a memória de Rui Barbosa como um representante da nacionalidade brasileira. Em 1941, iniciou-se a publicação da coleção “Obras Completas”, que seria o maior projeto de manutenção da memória ruiana.

No ano de 1952, a Casa Museus se tornou um centro de pesquisa e, em 1966, sua personalidade jurídica seria alterada. Já na década de 1970 ocorreram duas transformações. Em 1972 se constituiu o Arquivo Museu de Literatura Brasileira e seis anos depois foi inaugurada a parte nova ao fundo do jardim da antiga casa de Rui Barbosa em um novo prédio com arquitetura moderna (típica da década de 1970 em concreto pré-moldado), onde hoje se localiza o auditório, as salas de aula, os arquivos e os gabinetes. A antiga residência atualmente abriga os originais dos quase quarenta mil livros (todos igualmente encadernados) e parte da mobília da família de Rui Barbosa.

Nas paredes externas da casa, encontramos afixadas algumas placas das homenagens feitas a Rui Barbosa por diferentes motivações. Os diferentes temas escritos nas plaquinhas demonstram, ou melhor, querem demonstrar a inscrição de Rui Barbosa no campo intelectual, com reconhecimento internacional e com ações variadas. Contudo, a placa que mais chama a atenção, justamente por se encontrar escondidinha, é a da inauguração do prédio anexo pelo General Ernesto Geisel. A patente não está expressa e ela se localiza no lado interno da porta de entrada do prédio. O presidente da Fundação na ocasião em que foi inaugurado o prédio era Américo Lourenço Jacobina Lacombe. Por que aquela placa não é exibida como as outras?

UM LIVRO, UMA PAUTA POLITICA

Quem foi chamado pelo presente? Rui Babosa. E quem “foram” chamar Rui Barbosa? Hilton Rocha com anuência dos franciscanos de Petrópolis e da Câmara dos vereadores. Ou seja, foi uma publicação fora da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Em 1978, foi publicado o livro *República: Teoria e Prática* pela editora católica Vozes, dos franciscanos de Petrópolis, em conjunto com a Câmara dos Deputados. A obra faz parte da Coleção Dimensões do Brasil e divide a prateleira com *Um paraíso perdido* (Euclides da Cunha), *Crônica do Brasil Colonial* (João Francisco Lisboa), *A escravidão no Brasil* (Perdigão Malheiros), *O Abolicionismo*, Joaquim Nabuco, *Crônica da Companhia de Jesus* (Simão de Vasconcelos), *A questão do Poder Moderador e outros ensaios* (Tobias Barreto), *Anais da Província de S. Pedro* (José Felício Fernandes Pinheiro), *Memórias do Distrito Diamantino* (Joaquim Felício dos Santos), *História de Sergipe* (Felisberto Freire) e *São Paulo do século XIX e outros ciclos Históricos* (Teodoro Sampaio). Pelos títulos percebemos a intenção da coleção de mapear o estudo regional do Brasil.

Hilton Rocha escreve a abertura a obra e seleciona os discursos que irão construir sua representação sobre Rui Barbosa. O título é sugestivo “A República teórica que Rui queria pôr em prática”. Ao combinarmos a intenção desse título com o subtítulo do livro estudado “Textos doutrinários sobre direitos humanos e

políticos consagrados na Primeira Constituição Republicana”, logo percebemos o resgate sobre a memória do Rui Barbosa constitucionalista e advogado militante. Isso se confirma com a seleção do texto *O dever do advogado* (BARBOSA, 1921) para inaugurar a seleção dos textos do autor.

Rocha ao qualificar Rui Barbosa como um “ideólogo da liberdade” e “homem- símbolo” justifica a confecção do livro no contexto do final da década de 1970 (BARBOSA, 1978). Diz ser falsa a acusação feita a Rui de defesa de um liberalismo abstrato, divorciado da realidade social. Rocha não nomeia o autor de tal crítica a Rui, contudo, sabemos que no debate político sobre o encaminhamento da modernidade brasileira foi Oliveira Vianna o autor dessa crítica a Rui Barbosa.

Argumentando ter sido Rui um “homem-símbolo” de uma inteligência liberal a frente de seu tempo, estaria ele na posição de uma voz a ser ouvida ao invés de um mandante a ser obedecido. Tal descrição da condição ruiana alimenta a ideia de tolerância burguesa própria do paradigma legalista. A passagem no Ministério da Fazenda é compreendida nesse tom, Rui seria um desenvolvimentista rumo à superação do agrarismo pelo industrialismo. Para ratificar essa perspectiva, Hilton Rocha (BARBOSA, 1978) chama as interpretações de Santiago Dantas, Aliomar Baleeiro e Pinto de Aguiar.

Lustrada a imagem de Rui Barbosa como ministro da Fazenda, passa ao tópico do imobilismo constitucional. A reforma constitucional seria o caminho para absorver a inevitável revolução social. Nesse ponto, entendemos um pouco o projeto político que dá suporte ao livro *República: Teoria e Prática* (BARBOSA, 1978).

Essa obra além de chamar para o debate político de 1978 as interpretações políticas de República de Rui Barbosa, também lança aos leitores a possibilidade de uma “revolução branca”, ou seja, sem violência, porque é uma mudança “violentamente institucional”. Ao colocarmos em tela a expressão “revolução branca”, após 1917, quando ocorreu a revolução vermelha (comunista) pinçamos em Hilton Rocha a sua intenção política de recuperar a República, introduzindo as ideias de direitos humanos em Rui Barbosa, sobretudo a ativação do dispositivo jurídico do habeas-corpus, para que uma revolução social mais profunda não pudesse se desenrolar naqueles tempos análogos à proclamação da República. Cabe ressaltar que o próprio Rui Barbosa colocava o habeas corpus no campo dos direitos individuais, a ideia de direitos humanos não havia antes de 1948.

Assim procedendo, Rocha sugere o apagamento do processo histórico brasileiro decorrido dos embates políticos e ideológicos de noventa anos da história republicana, processo esse propiciador de permanências de conjunturas históricas análogas àquelas vividas por Rui Barbosa em 1893 e 1910. Um esforço desnecessário, pois tratando diretamente dos fragmentos dos discursos de Rui Barbosa, sem intervenções ou notas explicativas ou ampliativas, não trata realmente dele e sim do “*tic-tac de nosso dia-a-dia*” (SCHWARZ, 2009). Como explica Roberto Schwarz em *Ideias Fora do Lugar*, a expressão artística (e não somente ela) é historicamente formada e registra o processo social da sua existência (“*tic-tac do nosso dia-a-dia*”).

Em se tratando de Rui Barbosa não podemos perder de vista os elementos ativos da cultura – o liberalismo – acionados com a intenção de reprodução social e não foi gratuitamente que Hilton Rocha disse ser Rui Barbosa um “homem símbolo”, fomentador de uma “revolução branca” – revolução em curso no processo de abertura política em 1978, conciliadora e gradual.

Passemos para os comentários dos trechos selecionados que inicia com o esclarecimento de Rui Barbosa sobre o dever do advogado. Resumidamente, esclarece a Evaristo de Moraes que todos têm o direito à defesa. Cabe ao advogado não julgar o réu e sim dar providências de sua defesa, pois caberia a Deus – segundo Bossuet citado por Rui Barbosa – a sentença. Esclarece serem os direitos políticos equivalentes aos direitos dos cidadãos e dois são os seus traços comuns: um seria o direito ativo de concorrer para a formação do poder; e o outro o direito passivo, que seria a possibilidade de ser admitido à formação de poder. O cidadão é eleitor e as mulheres, os menores e os militares por estarem fora do sistema eleitoral, não gozavam dos direitos políticos. Isso esvaziava a possibilidade de inserção política dos militares. As ações militares não eram consideradas como expressão de um cargo político, pois é uma forma de instrumento de ordem e defesa dos poderes nacionais, agindo com obediência e ação subordinada. Marechal Hermes nunca foi eleitor e nem

tinha cargo político, por isso era inelegível. E tal argumentação em Rui Barbosa é escorregadia, pois segundo Rui, Duque de Caxias poderia se candidatar, pois o seu passado o credenciava na luta política. As falas de Rui sobre a diferenciação entre o militarismo e os militares abre precedentes interpretativos que apontam para um possível apoio de Rui Barbosa a uma candidatura militar, dada certa conjuntura.

A mesma passagem também desprestigia a atuação política das mulheres, algo que já existia no início do século e mais ainda na década de setenta. Contudo, não há nenhuma nota que explica esse problema interpretativo e podemos concluir que tal projeto não se preocupava com a inserção das mulheres na política nacional.

A liberdade e a segurança são direitos individuais garantidos pela Constituição e não podem ser restringidos. O banimento de nacionais e estrangeiros, juridicamente iguais, seria inconstitucional, pois dotaria o poder Executivo o direito de infração do direito individual. O sentido dessa determinação se encontra na valorização dos direitos dos indivíduos frente a possibilidade de arbitrariedade do Estado. Rui admite falha nessa determinação constitucional, contudo não encoraja o uso do argumento de tranquilidade política para a mutação da ordem tutelar do Estado em relação a segurança pública.

O debate sobre a importância do habeas corpus para frear o abuso de poder do Estado e o modelo de anistia também foram tópicos resgatados. Assim, ocorre a retomada do contexto de 1893, regime do Marechal Floriano Peixoto. Rui Barbosa diz ter sido a anistia daquele contexto algo bastardo, ou seja, fruto não legítimo da Constituição republicana.

A anistia levanta significativas ponderações jurídicas. A começar pela necessidade de nomear a autoridade competente para sentenciar, pois a inocência é uma presunção consensual e a acusação não pode advir das paixões. A Constituição brasileira garantia o direito da sentença se basear em leis vigentes e por sua formalidade, ficando vetada a inclusão de lei após o ato acusatório. Rui lembra que tais pressupostos datavam das leis imperiais do Brasil e foram transportadas da Europa livre e especial a Inglaterra.

Ao analisar a repressão de Floriano Peixoto, esclarece que os acusados de revolução foram sentenciados por decreto, por ato legislativo e não pelo tribunal, por um processo. As arbitrariedades não se restringiam na condenação por uma autoridade não competente para o ato, a condenação por um crime inverificado era apontado como outro problema.

A declaração do Estado de Sítio e supressão das garantias constitucionais – freios e contrapesos da Constituição – também foram assunto, afinal a eleição de suspensão ou não das garantias constitucionais e/ou supressão parcial destas são decisões políticas que afetam o cotidiano. As medidas de exceção não excluem a responsabilidade daqueles que as evocou. As arbitrariedades não poderiam ser tomadas caso não se pudesse comprovar a perigo de agressão estrangeira ou comoção intestina. Esse é o Estado de Sítio Constitucional, Político ou Civil, já quando o Estado Civil Real ou Militar extingue todas as garantias constitucionais.

Rui Barbosa reclama a restrição do júri. O sistema de júri seria a chave de sucesso para um advogado experiente como Rui Barbosa. A extinção dele é um sintoma de que a justiça está junto aos pares e não conta mais com o auxílio da emoção dos jurados, esfera de atuação tão importante para os advogados.

Bastante curiosa é a colocação sobre o direito de revolução que, em suas palavras, está garantido nas democracias mais radicais e conservadoras e nas diversas escolas políticas, jurídica e religiosa. Segundo Rocha (BARBOSA, 1978, p. 147), em todas essas instituições há o direito de revolução quando o poder tenta saltar por cima das barreiras constitucionais e as instituições são suplantadas pela força do governo.

A passagem é curiosa por dois motivos. O primeiro são as conjunturas de publicação do texto 1898, 1911 e 1978, momentos de autoritarismo político na história do Brasil. Essa premissa ruiana de direito de revolução é bastante frágil e parece ser possível de realizar-se somente no campo do direito liberal ideal. Afinal de contas, não podemos esquecer as querelas em que o jovem Rui Barbosa se envolveu na Questão Religiosa (1870), mais especificamente ao lado dos Bispos “revoltosos” Dom Vital (1844-1878) Bispo de Olinda e Dom Macedo Costa (1839-1891) Bispo do Pará e que acabaram sendo punidos. Em que momento da história da igreja católica assistimos o exercício do direito de rebelião? A rebelião contra um governo autoritário é

politicamente legítima, mas não necessariamente uma prática normatizada enquanto um direito, pois uma vez sendo direito pode-se suspendê-lo ou abnegar-se. Um episódio em que a rebelião no campo católico foi assegurada foi na ocasião da elaboração da teoria do Direito Divino por Jaques Bossuet (1627 - 1704) na França, o rei apoiou tal pressuposto o que reforçou a posição da igreja católica galicana na França.

Sobre o poder de polícia, explica que este deve dar segurança a pessoa humana e aos bens por ela apropriados. Essa é uma pauta da *Rerum Novarum* (1891), direito a vida e a propriedade.

Recordar brevemente as concepções republicanas de Rui Barbosa demonstra a intenção do grupo entorno de Hilton Rocha que articulou o livro. A conjuntura política proporcionou essa leitura e não ocorreu a dinâmica oposta, ou seja, foram os atores políticos de 1978 que acionaram as sensibilidades política de Rui. Com isso, afastamos – mais uma vez – aquela concepção, equivocada, que enaltece a genialidade de Rui Barbosa e busca seus registros para justificar algo do presente, como se ele, Rui Barbosa, tivesse antecipado aquelas questões.

Um estudo importante para compreensão da memória de Rui Barbosa é o da formação do intelectual brasileiro no início do século XX e replicado por todo o século. Filhos das faculdades de Direito, os intelectuais harmonizados com o projeto de modernidade ruiana se encarregam de manter viva a memória de Rui Barbosa, como se o conservadorismo bacharelesco jurídico fosse um dado da tradição nacional incontornável. Com isso, Rui Barbosa se torna o molde de advogado moderno. Aos aspirantes à carreira de advogado, a trajetória profissional, lida de maneira idealizada, se torna um objetivo a ser seguido. Rui Barbosa se torna o selo de qualidade do advogado de sucesso! O cuidado da sua memória se torna um sintoma do corporativismo do campo liberal e conservador do direito.

Essa obra demonstra o uso político da teoria constitucional de Rui Barbosa através da leitura parcial dos seus variados discursos, podemos identificar um projeto conservador de encaminhamento da política brasileira. Assim, o argumento baseado no paradigma legalista de Rui Barbosa estar longe de se tornar uma opção de garantias de direitos progressista ou como um espaço de ampliação dos direitos, como gostava de advogar Rui Barbosa – a ampliação com marca conservadora sensibilizada pela adesão da doutrina católica. A sua re-apropriação funcionou justamente para frear as possibilidades de mudanças ampliativas na política nacional, como, por exemplo, a permanência da não inclusão dos debates sobre as leis de ampliação de direito para as mulheres.

Aqui, ainda colocaríamos outro adjetivo legal. Assistimos na história do Brasil o encaixe da política nos padrões de legalidade em uma nova edição do paradigma legalista. Não é por acaso que a nossa democracia é qualificada como Estado Democrático de Direito, não indo mais além para o Estado de relações sociais democráticas.

A figura de Rui Barbosa combina com a primeira intenção (Estado Democrático de Direito). Afinal, a anistia promovia a desarticulação das legislações de exceção, a restauração do habeas corpus e a discussão sobre o poder de polícia. Todos esses itens são encontrados, fartamente, nos discursos ruianos. Este movimento ao passo que promovia uma visão em direção a mudança institucional, também arquitetava o freio impedor das possibilidades de mudanças sociais mais profundas.

Em 1978 a configuração política é outra. Rui Barbosa foi chamado para evocar uma mudança política no sentido conservador, o livro aqui estudado procurou apagar os contextos da produção das falas ruianas e a seu apoio da República implementada pelos militares. O que está nos textos de Rui Barbosa é um perigoso discurso sobre a vigilância e exigência da legalidade das ações, seja essas feitas por militares ou por civis e não um antimilitarismo. O que assistimos ao longo do século XX é a mudança nos parâmetros de legalidade, conforme as mudanças no panorama político. A memória de Rui Barbosa, ora silenciada ora realçada, revela os valores e as práticas políticas liberais com objetivos conservadores.

O conjunto de elementos da memória sobre Rui Barbosa, ou o nosso Bossuet ou o Pascal nacional, aqui demonstrados apresenta uma tentativa de história homogênea do mesmo, sobretudo naquilo referente a modernização do Estado brasileiro por ele idealizada. A secularização/modernização brasileira expressa

na sua memória aponta para um deslocamento dos valores católicos heterodoxos para o campo do direito, espaço de onde nosso objeto fala. As representações são construções históricas, forjadas ideologicamente e alimentadas pelas demandas do presente. O legalismo e conservadorismo ruiano se mescla com uma concepção afetiva do conservadorismo, compreendido por ele como naturalmente brasileiro, dando como resultado um modelo de intelectual envolto na noção de “vulto nacional” e chamado em diferentes presentes da história do Brasil. Por isso, afirmamos ser a biografia de Rui Barbosa uma discussão sobre a pauta política no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Rui. O dever do advogado: carta a Evaristo de Moraes (1921). *Rui Barbosa Online*. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/ObrasCompletasRuiBarbosa/32751>. Acesso em: 12 jul. 2018.
- BARBOSA, Rui. *Cartas de Inglaterra*. São Paulo: Iracema, 1965. t. 4; 5.
- BARBOSA, Rui. *República: teoria e prática*: textos doutrinários sobre direitos humanos e políticos consagrados na Primeira Constituição Republicana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978. Seleção e coordenação de Hildon Rocha.
- BARBOSA, Rui. *O Papa e o Concílio*. Rio de Janeiro: Leopoldo Machado, 2002.
- CHAUÍ, Marielena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- GUIMARÃES, Vicente. *Rui - biografia de Rui Barbosa para a infância e juventude*. 3. ed. Rio de Janeiro: Americana, 1973.
- KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC-Rio, 2006.
- LARA, Dona Ivone. Alguém me avisou. Intérprete: Dona Ivone Lara. In: DONA IVONE LARA. *Sempre a cantar*. Paris: Lusáfrica, 2004. 1 CD. Faixa 14.
- LIMA, João Gabriel de. O balcão da águia baiana: Rui Barbosa discursava contra o empreguismo, mas distribuía sinecuras para agradar seus pares. *Veja* [online], n. 1665, 6 set. 2000. Disponível apenas para assinantes. Acesso em: 5 nov. 2013.
- MAGALHÃES, Rejane Mendes Moreira de Almeida. *Rui Barbosa na Vila Maria Augusta*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura / Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/edicoes_online/FCRB_RejaneMagalhaes_RuiBarbosa_na_VilaMariaAugusta.pdf. Acesso em: 5 nov. 2013.
- MARRAMAO, Giacomo. *Poder e secularização: as categorias do tempo*. São Paulo: USP, 1995.
- NAZARETH, Flávia Beatriz. *A passagem para a modernidade no Brasil: o projeto de secularização em Rui Barbosa*. 2015. Tese (Doutorado em História Social)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- NEDER, Gizlene. *Dois margens: idéias jurídicas e sentimentos políticos no Brasil e em Portugal na passagem à modernidade*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2011. Com colaboração de Gisálio Cerqueira.
- NEDER, Gizlene. Recepção do constitucionalismo moderno em Portugal e a escrita da história do Direito. *Passagens, Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 510-533, set./dez. 2012.
- NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Os filhos da lei. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 113-125, fev. 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092001000100006>
- RODRIGUÊS, Fabiana Cardoso. *Idéias jurídicas e filiação na passagem à modernidade no Brasil 1890-1940*. 2008. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- ROMERO, Silvio. *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1894.
- SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

NOTAS

- ¹ Este artigo faz parte das pesquisas desenvolvidas no Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense, concluído em 2015, intitulada *A passagem da modernidade no Brasil: o projeto de secularização em Rui Barbosa* (NAZARETH, 2015).
- ² O primeiro passo para o estudo dos debates no campo intelectual nacional oriundo do campo do direito é a identificação do conjunto dos intelectuais que serão analisados por meio da observação de seu posicionamento frente aos temas fundamentais para apreensão do processo de secularização no Brasil: a Questão Social e Questão Religiosa no intervalo entre os anos de 1860 e 1920. A expressão Questão Religiosa ou a Questão dos Bispos em 1870 quando os Bispos de Olinda e Pará foram presos pelo governo Imperial por se oporem ao Beneplácito Papal, foi ampliada para dar conta das disputas sobre a interpretação ortodoxa do catolicismo no Brasil, debate pulsante no período estudado e definidor de políticas públicas.
- ³ Espólio do Conselheiro Ruy Barbosa. Fundação Casa de Rui Barbosa. Pasta 1923 – 3- 20 DOC 3.
- ⁴ Casa de Rui Barbosa, realizações. Publicado pela Casa de Rui Barbosa, 1949.

LIGAÇÃO ALTERNATIVE

<http://www.revistapassagens.uff.br/index.php/Passagens/article/view/217/214> (pdf)